

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Sessão Deliberativa – 05/07 – 14h - Plenário da Câmara dos Deputados

Está prevista Sessão Deliberativa semipresencial para a apreciação de vetos. Destaques para:

VET 46/2021 – Veto parcial apostado ao PL 2.108/2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), em relação à Lei de Segurança Nacional e Crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Resultado: Não apreciado.

VET 29/2022 – Veto parcial apostado ao PL 5.284/2020, que altera o Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/1994), o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/ 2015), e o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal".

Resultado: Os vetos dos dispositivos 1 e 2 foram mantidos, portanto estão excluídos da norma legal. Os vetos dos demais dispositivos, de 3 a 12, foram rejeitados e irão à promulgação.

SENADO FEDERAL

Plenário – 06 e 07/07, às 16h

Nesta semana, o Plenário do Senado Federal realizará sessões deliberativas na quarta e quinta-feira, para a apreciação e deliberação de proposições legislativas, com destaque das seguintes Medidas Provisórias, que aguardam leitura em plenário:

- **MP 1.103/2022**, que dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro por meio de Sociedade Seguradora de Propósito Específico, as regras gerais aplicáveis à

- securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis, e a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários. (Novo Marco da Securitização);
- **MP 1.107/2022**, que institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios.

Na quinta-feira, a matéria destacada é o PL 1.884/2022, que redefine os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e estabelece outras providências.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário Senado Federal aprovou a MP 1.103/2022, que dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro por meio de Sociedade Seguradora de Propósito Específico, as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis, e a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários. (Novo Marco da Securitização). A matéria foi aprovada com as emendas propostas pela Câmara dos Deputados e vai à sanção presidencial.

A MP 1.107/2022, que institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores -SIM Digital para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios não foi deliberada e deve constar na Ordem do Dia da próxima semana.

O PL 1.884/2022, que redefine os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e

estabelece outras providências, foi retirado de pauta pelo relator da matéria.

Comissão de Direitos Humanos – 04/07, às 14h - Plenário 02

Está prevista Audiência Pública para debater sobre o tema: "Violência política, com foco na defesa da Democracia e do Sistema Eleitoral".

Convidados:

1. Claudia Maria Dadico - Juíza Federal - Secretária do Conselho Executivo da Associação Juízes para a Democracia – AJD;
2. Edson Ribeiro Baeta - Representante do Coletivo TRANSFORMA MP;
3. Romi Marcia Bencke - Pastora Luterana - Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC;
4. Ana Paula Inglês Barbalho - Vice-Presidente da Comissão Justiça e Paz de Brasília – CJP;
5. Mariana Andrade - Coalizão Negra por Direitos;
6. Clara Motav - Juíza Federal, Auxiliar da Presidência do TSE e Secretária da Comissão de Transparência Eleitoral;
7. Tânia Oliveira - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD;
8. Rita Lima - Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP;
9. Everardo de Aguiar Lopes - Entidade Viva Rio;
10. Cleide de Oliveira Lemos - Fórum Social Mundial Justiça e Democracia – FSMJD;
11. Barack Fernandes - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC;
12. Renata Dutra - Associação Brasileira de Estudos do Trabalho -ABET;
13. Lohany Corona - Federação Nacional dos Estudantes de Direito -FENED.

Resultado: Reunião realizada.

**Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle – 05/07, às 14h30 -
Plenário 06**

Está prevista Audiência Pública sobre o tema: "Debater o ativismo judicial e o princípio da separação dos poderes da República".

Convidados:

1. Ives Gandra Martins - Advogado e Jurista;
2. José Francisco Rezek - Jurista e Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal;
3. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello - Jurista e Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal;
4. Djalma Pinto - Advogado e Jurista;
5. Luís Roberto Barroso - Ministro do Supremo Tribunal Federal;
6. Alexandre de Moraes - Ministro do Supremo Tribunal Federal;
7. João Otávio de Noronha - Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
8. Wildemar Felix Assunção e Silva - Advogado e Jurista;
9. Ivan Sartori - Advogado e Ex-Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo;
10. Fernando Carioni - Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Resultado: Reunião realizada, sem a presença dos Ministros e Ex-Ministros do STF.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 05/07, às 10h e após a Sessão do CN, 06/07, às 14h e 07/07, às 9h.

O plenário da Câmara dos Deputados realizará sessões na terça, quarta e quinta-feira, e são aguardadas a leitura das seguintes Medidas Provisórias, que depois de lidas, passarão a sobrestar a pauta:

- **MP 1.108/2022**, que dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943;
- **MP 1.109/2022**, que autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o

Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal;

- **MP 1.111/2022**, que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para compensar perdas de agricultores familiares atingidos pela seca nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- **MP 1.112/2022**, que institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País - Renovar e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e a Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004;
- **MP 1.113/2022**, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social, da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Também poderão ser deliberados requerimentos de urgências e proposições legislativas, dos quais destacam-se:

- **PL 4.401/2021**, que retorna do Senador Federal por um Substitutivo, que dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições;
- **PL 1.776/2015**, que inclui no rol de crimes hediondos os crimes de pedofilia.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

Resultado: O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta semana apenas a MP 1.111/2022, que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no

valor de R\$ 1.200.000.000,00, para compensar perdas de agricultores familiares atingidos pela seca nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A matéria segue para o Senado Federal.

As demais matérias destacadas não foram deliberadas nesta semana, em virtude de negociações para a votação, na próxima semana, da PEC 15/2022 e da PEC 1/2022, que foram aprovadas no Senado Federal na semana passada.

GT do novo Código de Processo Penal (CPP) - 05/07 – 10h – Plenário 05

Apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, itens "h e i" do Roteiro de Trabalho.

A - Tema: Recursos; Título V - Dos Recursos em Geral - art. 524;

B - Tema: Medidas Cautelares; Título I - Das Medidas Cautelas - art. 588.

Deputado João Campos (Republicanos/GO);

Relator Deputada Margarete Coelho (PP/PI) – Coordenadora.

Resultado: Reunião realizada. No decorrer da semana, foram agendadas 03 reuniões deste GT, para tentar finalizar o texto para sua votação integral. Restaram itens das disposições finais e itens polêmicos, como a prisão em 2ª instância, que serão discutidos na próxima semana.

**Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – 05/07, às 13h -
Plenário 12**

PLP 409/2014, que institui a Lei da Meritocracia, através do Planejamento Estratégico da Administração Pública Brasileira e do Sistema Nacional de Gestão de Alto Desempenho, autoriza a celebração de Acordos de Resultados e Contratos de Gestão e dá outras providências.

O relator, Dep. Tiago Mitraud (NOVO-MG), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Matéria não apreciada.

PL 2.789/2021, que "moderniza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e cria nova hipótese de improbidade administrativa".

A relatora, Dep. Fernanda Melchiona (PSOL-RS), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Matéria não apreciada.

<p align="center">Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – 05/07, às 13h – Plenário 13</p>
--

Está prevista Audiência Pública para debater o tema: Procedimentos no transporte aéreo para pessoas com deficiência.

Convidados:

1. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);
2. **CARLOS ALBERTO VILHENA - Subprocurador-Geral da República e procurador Federal dos Direitos do Cidadão;**
3. SÉRGIO PAULO NASCIMENTO - Coordenador-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH);
4. Conselheiro ADINILSON MARTINS DOS SANTOS, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade);
5. MARCIO TAVARES D'AMARAL - Presidente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD);
6. LUCIANA TRINDADE DE MACEDO - Representante do Grupo Nacional de Distrofia Muscular Congênita do Brasil;
7. EDUARDO SANOVICZ, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR.

Resultado: Reunião realizada, com a participação virtual do procurador da República e coordenador do Grupo de Trabalho Pessoas com Deficiência, Raphael Otávio Bueno Santos.

Comissão de Constituição e Justiça – 05/07, às 13h - Plenário 01

PL 4.895/2020, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Matéria não apreciada.

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 05/07 –
14h - Plenário 06**

PL 1.395/2021, que acrescenta o §3º ao artigo 3º e os artigos 15-A, 21-A, 21-B, 25-A e 25-B à lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas).

O relator, Deputado Delegado Pablo (UNIÃO/AM), apresentou parecer pela aprovação.

Resultado: Matéria não apreciada.

Comissão de Seguridade Social e Família - 06/07 – 9h – Plenário 07

PL 2.857/2019, que altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer aumento da pena ao crime de aliciamento de crianças e adolescentes pelo uso de aplicativo de comunicação via internet.

A relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Matéria não apreciada.

**Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia -
06/07 – 14h30 – Plenário 11**

Está prevista Audiência Pública para debater sobre o tema: Impacto dos grandes projetos na vida de povos tradicionais no Pará.

Convidados:

- 1- Eduardo Fortunato Bim, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- 2- Antônio Leite Santos Filho, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
- 3- **Dr. Igor Lima Goettenauer de Oliveira, procurador da República no Município de Marabá;**
- 4- Jorge Paulo Vieira Feitosa, representante do Instituto dos Ribeirinhos do Pará;
- 5- Ademar Ribeiro de Souza, representante da Associação das Populações Organizadas Atingidas por Obras do Rio Tocantins (APOVO);
- 6- Maria do Socorro, representante das Comunidades Remanescentes de Quilombos em Barcarena;
- 7- Josias Pereira de Souza, pescador do Município de Itupiranga (Pedral do Lourenço).

Resultado: Reunião realizada.